

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CNPJ 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE 35300010230

COMUNICADO AO MERCADO

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (“Companhia” ou “Itaú Unibanco”) comunica a seus investidores e ao mercado que decidiu não exercer a opção de resgatar em 12 de dezembro de 2022 as notas subordinadas perpétuas/AT1 (“Notas”) emitidas pela Companhia em 12 de dezembro de 2017, no montante total de US\$ 1,25 bilhão e taxa fixa de retorno de 6,125% (ISIN: USP5R6DPAA84 e US46556UAB08). A decisão de não exercer a opção de resgate neste momento decorre de aspectos econômicos como maior custo de refinanciamento, profundidade de mercado e volatilidade. O Itaú Unibanco mantém altos níveis de capitalização com 11,1% de Capital Principal e 14,1% de Capital Total no 2º trimestre de 2022.

A taxa de retorno das Notas de 6,125% é válida até 12 de dezembro de 2022. Após essa data, a taxa de juros será recalculada com base na *spread* de crédito inicial de 398 p.p somada à atual taxa de juros dos títulos emitidos pelo Tesouro dos Estados Unidos da América de 5 anos, conforme definido nos termos finais das Notas. A nova taxa de retorno será válida até 12 de dezembro de 2027 ou até quando a opção de resgate seja exercida, o que ocorrer primeiro. Após a primeira data de opção de resgate (12 de dezembro de 2022), as Notas terão opções de resgates semestrais nos dias 12 de junho e 12 de dezembro de cada ano.

O Itaú Unibanco continuará a monitorar o mercado de forma muito próxima e buscará oportunidades alinhadas à sua estratégia para exercer a opção de resgate das Notas.

São Paulo (SP), 26 de outubro de 2022.

RENATO LULIA JACOB

Diretor de Relações com Investidores e Inteligência de Mercado

Observação: Este comunicado ao mercado não constitui oferta de venda ou solicitação de uma oferta de compra de valores mobiliários da Companhia, tampouco constitui oferta, solicitação ou venda em qualquer jurisdição em que tal oferta, solicitação ou venda seja ilegal sem que antes seja feito o registro ou qualificação sob as leis do mercado de valores mobiliários dessa jurisdição.